



TERMO DE REFERENCIA DE BENS COMUNS

PAE Nº E- 2025/3349580

1 DEFINIÇÃO OBJETO:

1.1 Este termo tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição de **IMPLANTE SUBDÉRMICO CONTRACEPTIVO DE ETONOGESTREL 68 MG.**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	UND	QTD.	Valor unit.	VALOR TOTAL ESTIMADO
1.	2365570	ETONOGESTREL 68 MG , BASTONETE CILÍNDRICO ESTÉRIL, MEDINDO APROXIMADAMENTE 4 CM DE COMPRIMENTO POR 2 MM DE DIÂMETRO, ACONDICIONADO EM APLICADOR DESCARTÁVEL E PRONTO PARA INSERÇÃO SUBDÉRMICA.	bastão	3000	R\$552,89	R\$1.658.670,00

1.2 A licitação será por item, não sendo necessária formação de lotes ou grupos.

1.3 Caso haja divergência na especificação dos itens constantes no Portal de Compras do Governo Federal (CATMAT), prevalecerá o descritivo constante neste Termo de Referência,

2 JUSTIFICATIVA – NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (FSCMPA) é referência em atenção à saúde da mulher, à gestação de alto risco e neonatologia. A aquisição do Implante Subdérmico de Etonogestrel 68 mg é fundamental para assegurar o acesso das usuárias a um método contraceptivo seguro, eficaz e de longa duração, alinhado às políticas públicas de saúde reprodutiva e planejamento familiar.

2.2 Trata-se de aquisição para um período de 12 (doze) meses, o implante subdérmico contraceptivo de etonogestrel 68 mg é um método contraceptivo reversível de longa

duração (LARC), com eficácia elevada e duração de até 3 anos, indicado no âmbito do planejamento reprodutivo e da saúde da mulher, Incorporado ao SUS (CONITEC, Relatório nº 599/2021), é recomendado para mulheres em idade reprodutiva, incluindo lactantes a partir de 4 semanas pós-parto. Sua utilização reduz gestações não planejadas, apoia estratégias de planejamento reprodutivo e atende diretrizes do Ministério da Saúde (2025). No contexto da Fundação Santa Casa, hospital de referência em saúde da mulher, o insumo é essencial para consultas ambulatoriais, pós-puerpério imediato e casos de contraindicação ao estrogênio.

2.3 O uso do implante contribui para a redução de gestações não planejadas e de riscos associados à gestação de alto risco, favorecendo a saúde integral da mulher e garantindo maior autonomia sobre sua vida reprodutiva. Trata-se, portanto, de insumo essencial e de demanda contínua, justificando a manutenção de estoque regulador para atendimento imediato às pacientes.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 A aquisição será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), na modalidade Pregão Eletrônico, conforme Lei nº 14.133/2021, possibilitando contratações parceladas conforme necessidade, evitando estoques desnecessários e garantindo economicidade e eficiência administrativa.

4 DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1 A apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2 Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.3 Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.2 DOS LIMITES PARA AS ADESÕES

4.2.1 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.2.2 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.2.3 Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.5.

4.2.4 A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.5, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

5 NATUREZA DO BEM:

5.1 o objeto é classificado como bem de natureza comum, pois possui especificações técnicas e padrões de qualidade objetivamente definidos neste Termo de Referência e disponíveis no mercado

6 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1 As empresas deverão comprovar a qualificação técnica por meio da apresentação de: bula do medicamento e certificado válido da ANVISA.

6.1.1 Para habilitação será exigida a documentação jurídica, fiscal, social e trabalhista, são usuais para generalidade do objeto e disciplinado conforme edital.

6.1.2 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado

6.1.3 Autorização de Funcionamento de Empresa - AFE, expedida pela Anvisa, da sede da empresa interessada, obtida mediante consulta ao Portal da Anvisa. (para materiais técnicos).

6.1.4 A não apresentação do registro ou do protocolo do pedido de revalidação implicará na desclassificação do item cotado.

7 CRITÉRIO PARA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS TÉCNICOS.

7.1 O licitante detentor da proposta de menor preço, deverá apresentar, para fins de comprovação relativa à qualificação técnica:

A proposta de preços detalhada, identificação do item, unidade de medida, quantidade ofertada, preços unitários e totais, marca, fabricante, validade da proposta, número de registro emitido pela ANVISA ou sua dispensa quando aplicável.

7.2 Bula do medicamento

7.3 Registro do Medicamento ou da Notificação Simplificada ou do Certificado de Dispensa de Registro do Medicamento, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, devendo ser apresentado de forma legível e constar a validade (dia/mês/ano), por meio de cópia autenticada do registro do medicamento na ANVISA, publicado no Diário Oficial da União – D.O.U., grifando o número relativo a cada produto cotado, ou cópia emitida eletronicamente pelo sítio da ANVISA.

7.3.1 Apresentação da Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) expedida pela Anvisa, obtida por meio de consulta ao Portal da Anvisa.

7.3.2 Em caso de registro vencido, apresentar cópia autenticada e legível do protocolo da solicitação de revalidação, acompanhada da cópia do registro vencido, desde que a revalidação tenha sido solicitada no primeiro semestre do último ano do quinquênio de validade.

7.4 Para todos os itens, será necessário bula e registro dos medicamento, identificando no catálogo o item que está sendo ofertado. O não envio poderá acarretar na recusa do item.

7.4.1 O licitante deverá apresentar uma declaração de que o medicamento fornecido será recolhido e substituído, sem ônus para o Hospital, caso não esteja de acordo com os padrões de qualidade exigidos.

7.5 O critério de avaliação será o menor preço, desde que atenda às especificações, padrão de qualidade e notificações prévias da fundação, resultando na proposta mais vantajosa.

8 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 Fornecer os produtos atendendo plena e satisfatoriamente o especificado no Termo de Referência, entregando o objeto nas quantidades e prazos estabelecidos.

8.2 Assumir os ônus e responsabilidade pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto entregue.

8.3 Entregar o objeto na FSCMPA nas quantidades e especificações contidas na Nota de Empenho pela CONTRATADA, conforme descrição do produto ofertado pela empresa.

8.4 Entregar o objeto deve ser com nota fiscal eletrônica de acordo com o especificado na nota de empenho, juntando a esta as Certidões de Regularidade Fiscal (FGTS, Previdenciária, Dívida Ativa da União e Receita Estadual).

8.5 A entrega do objeto em desacordo com o solicitado neste Termo e aprovado pelo parecer técnico, deverá ser trocado no prazo de cinco dias úteis, a contar da notificação do erro.

8.6 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

8.7 Fornecer os produtos novos, de primeiro uso e que estejam na linha de produção atual do fabricante e em perfeitas condições de uso, conforme as propostas apresentadas e suas especificações.

8.8 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, as obrigações assumidas no presente instrumento.

8.9 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela FSCMPA

8.10 Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados, no cumprimento das obrigações deste Edital, ficando, ainda, a CONTRATANTE isentas de qualquer vínculo empregatício, responsabilidade solidária ou subsidiário.

8.11 A CONTRATADA deverá manter sempre atualizado o seu endereço, telefone, email e meios de contato junto à CONTRATANTE.

8.12 Responsabilizar-se pela garantia (assistência técnica) dos materiais ofertados, conforme estipulado em seus respectivos descritivos ou, caso inexista tal informação, pelo período mínimo de 24 (vinte e quatro) meses, sendo solidariamente responsáveis pelas garantias (assistência técnica) ofertadas pelos fabricantes.

8.13 Comunicar a fundação no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

9 FORMA DE ENTREGA

9.1 O empenho do objeto será realizado de forma parcelada de acordo com a necessidade desta Fundação para que não haja estoques desnecessários. Assim, a licitação deverá ocorrer pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), permitindo maior economia e flexibilidade manutenção de estoque conforme orçamento e necessidade.

9.2 RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO, TELEFONE E E-MAIL

Responsáveis pelo recebimento: Funcionários da CAF/FSCMP.

Telefone: (91) 3251 7439.

E-mail: santacasacaf@gmail.com

9.3 FISCAL DO FORNECIMENTO

NOME: GLENDA LUCIANA COSTA BRAGA

CARGO: FARMACÊUTICA

MATRÍCULA: 5904397

EMAIL: GLENDA.COSTA@SANTACASA.PA.GOV.BR

9.3.1 FISCAL SUBSTITUTO

Nome: ELINETH DA CONCEIÇÃO BRAGA VALENTE

MATRÍCULA: 5757177

CARGO: COORDENAÇÃO DE COMPLEXO AMBULATORIAL-CAMB

TELEFONE (91) 98116-8034

EMAIL: ellineth@uol.com.br

10 LOCAL, HORÁRIO E PRAZO DE ENTREGA:

10.1 Os medicamentos devem ser entregues em até **10 (dez) dias úteis** após o recebimento do empenho pelo fornecedor, de forma que o não cumprimento deverá ser notificado e comunicado ao setor competente.

10.2 Central de Abastecimento Farmacêutico da FSCMP, na entrada da Rua Oliveira Belo nº 359, entre 14 de Março e Generalíssimo Deodoro, Bairro Umarizal, Belém-Pará, CEP: 66050-380 -Belém/PA.

10.3 O horário de recebimento de medicamentos na CAF da FSCMP é de 8 às 12h00 e de 14 às 17h00, podendo ser agendado pelo telefone (91) 3251 7439 e email institucional santacasacaf@gmail.com.

10.4 Os medicamentos devem acompanhar documentação fiscal (nota fiscal, recibo, certidões de regularidade, empenho, guia de remessa) em 02 vias.

10.5 A documentação apresentada deve estar de acordo com as quantidades entregues.

10.6 A quantidade recebida deve estar de acordo com a quantidade solicitada.

10.7 Os valores praticados na NF devem estar de acordo com a proposta do fornecedor.

10.8 Os medicamentos devem ser entregues conforme a solicitação: forma farmacêutica, concentração, apresentação e em condições ideais de conservação e inviolabilidade. Devem conter na embalagem o número do registro no MS, o nome do Farmacêutico Responsável Técnico, número do CRF do mesmo e a Unidade Federativa em que está inscrito.

10.9 Todas as embalagens primárias devem OBRIGATORIAMENTE conter código de barras. Devem ser entregues acompanhados do Certificado de Análise ou Laudo do Controle de Qualidade do produto.

11 VALIDADE

11.1 O produto deverá possuir validade mínima de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data da entrega, salvo quando a validade total do produto for inferior a esse período, hipótese em que será aceita validade proporcional, desde que garantida a eficácia terapêutica e a segurança do uso conforme a bula aprovada pela ANVISA.

12 PRAZO DE PAGAMENTO, FORMA DE PAGAMENTO E GARANTIA DO CONTRATO

12.1 PRAZO DE PAGAMENTO

12.1.1 Prazo de até 30 dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura) com comprovante de regularidade fiscal da contratada.

12.2 VIGENCIA:

12.2.1 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso conforme Lei 14.133.

12.2.2 Os contratos decorrentes da ata de registro de preços ARP terão vigência de 12 (DOZE) MESES e deverão ser assinados no prazo de validade da ARP.

12.3 PRORROGAÇÃO:

12.3.1 A duração do contrato será o descrito no Art. 107 da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021. Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

12.4 FORMA DE PAGAMENTO:

12.4.1 A forma de pagamento será por ordem bancária na conta corrente da contratada, A prova de Regularidade Fiscal pode ser feita por consulta SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante, ou ainda pela apresentação dos documentos constantes no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não for possível consultar aos sistemas oficiais.

12.5 GARANTIA CONTRATUAL:

12.5.1 Não se aplica, pois, a garantia é obrigatória para os contratos que envolvam a execução de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do inciso VI do art. 8º do Decreto nº 9.507, de 2018, e do item 3 do Anexo VII-F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, o que não é o caso da presente contratação.

13 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1 Compete à contratante efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

13.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas.

13.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

13.4 Fornecer à CONTRATADA, a qualquer tempo, toda a informação que julgar pertinente à entrega do objeto licitado, no intuito do bom desenvolvimento do compromisso assumido, sempre se pautando nas normas reguladoras citadas e outras que venham a ser emitidas mesmo após a assinatura do contrato.

13.5 A CONTRATANTE reserva-se o direito de acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA através de um representante especialmente designado, a quem caberá registrar em livro, documento ou sistema próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega/fornecimento do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas, senões ou defeitos observados.

13.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Belém (PA), 29 de outubro de 2025.

Norma Suely de Carvalho Fonseca Assunção

DIRETORIA TECNICA ASSISTENCIAL - DTAS



ASSINATURAS

Número do Protocolo: 2025/3349580

Anexo/Sequencial: 30

Este documento foi assinado eletronicamente na forma do Art. 6º do Decreto Estadual Nº 2.176, de 12/09/2018.

Assinatura(s) do Documento:

Assinado eletronicamente por: Norma Suely de Carvalho Fonseca Assunção, **CPF:** ***.886.542-**

Em: 29/10/2025 16:41:29

Aut. Assinatura: f3cb6a9f027328e001b48478cdebcd031817d4926534c6a357e603b892c4890f



Identificador de autenticação: 87e50f6c-a42b-4265-899e-e05f7ce88cab

Confira a autenticidade deste documento em

<https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>